



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação dos serviços especializados de jardinagem, com fornecimento de mão de obra, materiais de consumo, insumos, pulverização preventiva e corretiva contra pragas, adubação, irrigação, poda, limpeza de ervas daninhas, retirada de lixo orgânico, reposição de plantas ornamentais e mudas da estação, bem como fornecimento de sacos de lixo e disponibilização de equipamentos e ferramentas, para o imóvel que sedia os Cartórios das 29ª e 84ª Zonas Eleitorais.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Manter saudáveis as plantas ornamentais dos canteiros, vasos e floreiras dos imóveis que sediam os Cartórios das 29ª e 84ª ZEs e Seção de Arquivo do TRESC, evitando a proliferação de insetos e pragas, a fim de contribuir para a melhoria das condições de trabalho e para a melhor apresentação estética dos ambientes.

2.2. Objetivos e Benefícios

Plantas saudáveis e adequada apresentação estética dos canteiros, vasos e floreiras que contribuem para a ornamentação dos imóveis que sediam os Cartórios das 29ª e 84ª ZEs.

2.3. Alinhamento Estratégico

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção de jardins é considerada atividade de suporte. Dessa forma, não se verifica a possibilidade de conflito com outros serviços existentes no TRE-SC.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Documento juntado ao PAE n. 45.777/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista contempla serviço de manutenção periódica dos jardins e intervenções adicionais, decorrentes de demanda extraordinária:

Demanda prevista:
2 (duas) manutenções semanais, em dias alternados, com duração estimada de 4 (quatro) horas por dia;
12 (doze) horas anuais de manutenções extraordinárias.

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Contratação dos serviços especializados de jardinagem, com fornecimento de sacos de lixo (inclusive sacos apropriados para o descarte de lixo verde resultante das podas) e disponibilização de equipamentos e ferramentas, para o imóvel que sedia os Cartórios das 29ª e 84ª ZEs, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Esquina Com a Rua Luiz Fagundes, São José/SC, conforme detalhado a seguir:

a) preparação adequada do solo/vaso para o plantio de plantas ornamentais; identificação de plantas de sol e sombra;
--



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) adaptação de plantas a novos ambientes;
c) indicação de espécies adequadas aos ambientes dos Cartórios das 29ª e 84ª ZEs;
d) reconhecimento, plantio e manutenção das espécies cultivadas;
e) identificação dos principais tipos de pragas e doenças que acometerem as plantas cultivadas nos ambientes onde serão executados os serviços, bem como adoção do procedimento adequado a sua erradicação; e
g) indicação da época adequada à poda das plantas.
Esses, além de outros procedimentos que se mostrarem necessários e que não exorbitem o ajuste, constarão do cronograma, semanal ou mensal, elaborado pela fiscalização do contrato.

2.8. Serviços Adicionais

Conforme demanda, na forma de pacote de serviços adicionais, a ser atendido em até 48 horas da notificação.

Cada pacote de serviços adicionais corresponderá 1 (uma) hora de atendimento.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

Dado que o objeto não comporta parcelamento, a adjudicação será global.

2.10. Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado pelo menor preço e conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse na prestação dos serviços, nas condições estipuladas pelo contratante.

Com a finalidade de aferição do menor preço, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$Pf = Pm + Pa.$$

Legenda:

Pf = preço final mensal (valor estimado)

Pm = preço mensal pelos serviços 2 (duas) manutenções semanais

Pa = valor do Pacote de Serviço Adicional

2.10.1. Critérios de Habilitação

Para a habilitação do fornecedor deverão ser observados os seguintes critérios:

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de abertura desta licitação; e

b) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentada na forma da lei.

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

A licitação deverá ser por meio de pregão eletrônico, do tipo menor preço.

2.12. Impacto Ambiental

Não serão necessárias adequações do ambiente.

2.13. Conformidade Técnica

Não se aplica a esta contratação.

2.14. Obrigações da Proponente

Os proponentes, caso julguem necessário, poderão realizar visita técnica ao local de prestação de serviço, mediante agendamento prévio junto à chefia da Seção Apoio Administrativo, através do e-mail cis-sadm@tre-sc.jus.br.

2.15. Obrigações da Contratante

O Contratante deverá cumprir com as seguintes obrigações durante a vigência do Contrato:

2.15.1. Autorizar o início dos serviços.

2.15.2. Promover, através de seus representantes, a fiscalização do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

2.15.3. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela Contratada, e sua aprovação pelo Contratante.

2.15.4. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.

2.15.5. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

2.15.6. Disponibilizar instalações sanitárias e local para vestiários; e

2.15.7. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar os serviços dentro das normas exigidas, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

2.16. Obrigações da Contratada

2.16.1. Executar o objeto proposto nessa contratação nas condições estipuladas neste Projeto Básico e seus anexos.

2.16.2. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados.

2.16.3. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

2.16.4. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.

2.16.5. Realizar integralmente os serviços descritos neste Projeto Básico/Termo de Referência.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16.6. Executar os serviços adicionais solicitados pelo Contratante, iniciando a sua realização no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o pedido, consoante disposto no item 2.8 deste Projeto Básico.

2.16.7. Fornecer todas as ferramentas, materiais e equipamentos indispensáveis à realização das manutenções, bem como mão de obra especializada.

2.16.8. Realizar visita técnica para avaliação dos serviços prestados a cada 02 meses.

2.16.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC; e

2.16. 10. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Conforme descrito no subitem 2.7.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.1.2. Códigos SIASG

Código SIASG 24325.

3.1.3. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 31 de outubro de 2027, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 23 de novembro de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio dos **Gestores do Contrato**, quais sejam, os servidores titulares das funções Chefes dos Cartórios da 29ª e 84ª Zonas Eleitorais e da Seção de Arquivo de São José, ou seus substitutos, ou seus superiores imediatos, em conjunto ou individualmente, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993, com o apoio técnico da Seção e Apoio Administrativo.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

1.1.1. Após a assinatura, para dar início à execução do ajuste, o Tribunal promoverá reunião com a Contratada, devidamente registrada em Ata, para esclarecimento das obrigações contratuais.

1.1.2. Os titulares das funções Chefes dos Cartórios da 29ª e 84ª Zonas Eleitorais e da Seção de Arquivo de São José, ou seus substitutos, ou seus superiores imediatos, em conjunto ou individualmente, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização do contrato, análise de documentação e atestação mensal.

1.1.3. A Seção de Apoio Administrativo apoiará, tecnicamente, a gestão do contrato.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

1.2.1. A autorização para o início da prestação dos serviços será dada pela Seção de Apoio Administrativo, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de recebimento, pela Contratada, do contrato assinado pelo representante do TRE-SC.

1.2.2. Os serviços serão prestados no endereço informado no item 2.7 deste Projeto Básico/Termo de Referência.

1.2.2.1. a manutenção dos vasos internos e externos, dos canteiros e das floreiras será executada sequencialmente, conforme cronograma elaborado pela fiscalização do TRE-SC; e

1.2.2.2. a poda e a pulverização serão realizadas quando necessárias, com vistas ao devido desenvolvimento da planta.

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora da licitação.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

Responderão pelo acompanhamento do contrato os titulares das funções Chefes dos Cartórios da 29ª e 84ª Zonas Eleitorais e da Seção de Arquivo de São José, ou seus substitutos, ou seus superiores imediatos, em conjunto ou individualmente.

A Fiscalização terá autoridade para:

a) solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;

b) exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- c) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços;
- d) esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas, necessárias ao desenvolvimento dos serviços; e
- e) determinar a suspensão da execução dos serviços, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESC.

A existência desse acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Apoio Administrativo, preferencialmente, através do e-mail cis-sadm@tre-sc.jus.br, ou pelo telefone (48) 3251-3751.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

Após a averiguação do cumprimento das obrigações previstas no instrumento contratual, os serviços serão recebidos provisória e definitivamente, pelo gestor do contrato.

- a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:
 - 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
 - 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

- 1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fazer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não mantiver a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e
- i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor mensal do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor mensal do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;

b) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

c) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “d” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “d” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “d” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.